



ESTATUTO DA JUVENTUDE

ESTATUTO DE LA JUVENTUD

YOUTH STATUTE

WWW.JUVENTUDE.GOV.BR

Distribuição e Informações:

Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude da
Secretaria-Geral da Presidência da República
Telefone: (61) 3411-1160

Sites: www.juventude.gov.br
www.participatorio.juventude.gov.br
Facebook: Secretaria Nacional de Juventude - SNJ
Twitter: @SNJuventude
Youtube: Canal Juventude

Presidenta da República Federativa do Brasil
Dilma Rousseff

Vice-Presidente
Michel Temer

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da
República
Gilberto Carvalho

Secretária Nacional de Juventude
Severine Macedo

Presidente do Conselho Nacional de Juventude
Alessandro Melchior

Tradução:
Fidelity Translations

Esta publicação foi produzida com o apoio do
Fundo de População das Nações Unidas- UNFPA





Presidência da República
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude
Conselho Nacional de Juventude

Estatuto da Juventude

LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013.


ÍNDICE

Estatuto da Juventude 7

Estatuto de la Juventud 49

Youth Statute 93





O Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) é um imenso legado para o Brasil. Ao dispor sobre os direitos dos jovens, sobre as diretrizes das políticas públicas de juventude e sobre o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude, o Estatuto torna a realização de políticas especialmente dirigidas às pessoas entre 15 e 29 anos uma obrigação do Estado, independente da vontade de governos.

Com o Estatuto, o Estado brasileiro reconhece o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e aponta os direitos que devem ser garantidos de acordo com a especificidade dessa população. São eles: direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; direito à educação; direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; direito à diversidade e à igualdade; direito à saúde; direito à cultura; direito à comunicação e



à liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer; direito ao território e à mobilidade; direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; direito à segurança pública e o acesso à justiça.

Ademais, o Estatuto da Juventude completa o primeiro ciclo de leis que garantem direitos geracionais no Brasil, iniciadas com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, e o Estatuto do Idoso, em 2003.

Fruto da luta de muitas gerações, o Estatuto da Juventude é ao mesmo tempo uma vitória e um novo desafio. Erguer cada avanço legal nele contido é o próximo passo de todos que lutam por um Brasil mais justo.

Severine Macedo

Secretária Nacional de Juventude



LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013

Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Seção I Dos Princípios

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;

II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;

III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;

IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;

V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;

VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;

VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e

VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Parágrafo único. A emancipação dos jovens a que se refere o inciso I do caput refere-se à trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade, e não ao instituto da emancipação disciplinado pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Seção II

Diretrizes Gerais

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

I - desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações;

II - incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;

III - ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;

IV - proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;

V - garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;

VI - promover o território como espaço de integração;

VII - fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;

VIII - estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;

IX - promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e da África, e a cooperação internacional;

X - garantir a integração das políticas de juventude com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública; e

XI - zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS DOS JOVENS

Seção I

Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.

Art. 6º São diretrizes da interlocução institucional juvenil:

I - a definição de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude;

II - o incentivo à criação de conselhos de juventude em todos os entes da Federação.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições do órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude e dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos neste Estatuto, cabe ao órgão governamental de gestão e aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente a interlocução institucional com adolescentes de idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos.

Seção II

Do Direito à Educação

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

§ 1º A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada aos jovens indígenas e de povos e comunidades tradicionais a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.

§ 2º É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica.

§ 3º São assegurados aos jovens com surdez o uso e o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades educacionais.

§ 4º É assegurada aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os

níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado, observada a acessibilidade a edificações, transportes, espaços, mobiliários, equipamentos, sistemas e meios de comunicação e assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa.

§ 5º A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais.

Art. 8º O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil

e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública.

Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

Art. 10. É dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência o atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Art. 11. O direito ao programa suplementar de transporte escolar de que trata o art. 4º da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será progressivamente estendido ao jovem estudante do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior, no campo e na cidade.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 12. É garantida a participação efetiva do segmento juvenil, respeitada sua liberdade de organização, nos conselhos e instâncias deliberativas

de gestão democrática das escolas e universidades.

Art. 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes.

Seção III

Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.

Art. 15. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas:

I - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação;

II - oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de:

a) compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo;

b) oferta dos níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular;

III - criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores;

IV - atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil;

V - adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude;

VI - apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das seguintes ações:

a) estímulo à produção e à diversificação de produtos;

b) fomento à produção sustentável baseada na

agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável;

c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais;

d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas;

e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte;

f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural;

VII - apoio ao jovem trabalhador com deficiência, por meio das seguintes ações:

a) estímulo à formação e à qualificação profissional em ambiente inclusivo;

b) oferta de condições especiais de jornada de trabalho;

c) estímulo à inserção no mercado de trabalho por meio da condição de aprendiz.

Art. 16. O direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos de idade será regido pelo disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e em leis específicas, não se aplicando o previsto nesta Seção.

Seção IV

Do Direito à Diversidade e à Igualdade

Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de:

I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;

II - orientação sexual, idioma ou religião;

III - opinião, deficiência e condição social ou econômica.

Art. 18. A ação do poder público na efetivação

do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção das seguintes medidas:

I - adoção, nos âmbitos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos aos jovens de todas as raças e etnias, independentemente de sua origem, relativamente à educação, à profissionalização, ao trabalho e renda, à cultura, à saúde, à segurança, à cidadania e ao acesso à justiça;

II - capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação;

III - inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito;

IV - observância das diretrizes curriculares para a educação indígena como forma de preservação dessa cultura;

V - inclusão, nos conteúdos curriculares, de informações sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário perante a lei; e

VI - inclusão, nos conteúdos curriculares, de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças.

Seção V

Do Direito à Saúde

Art. 19. O jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral.

Art. 20. A política pública de atenção à saúde do jovem será desenvolvida em consonância com as seguintes diretrizes:

I - acesso universal e gratuito ao Sistema Único de Saúde - SUS e a serviços de saúde humanizados e de qualidade, que respeitem as especificidades do jovem;

II - atenção integral à saúde, com especial ênfase

ao atendimento e à prevenção dos agravos mais prevalentes nos jovens;

III - desenvolvimento de ações articuladas entre os serviços de saúde e os estabelecimentos de ensino, a sociedade e a família, com vistas à prevenção de agravos;

IV - garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, à saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino;

V - reconhecimento do impacto da gravidez planejada ou não, sob os aspectos médico, psicológico, social e econômico;

VI - capacitação dos profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com temas relativos à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, inclusive com deficiência, e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas pelos jovens;

VII - habilitação dos professores e profissionais de saúde e de assistência social para a identificação dos problemas relacionados ao uso abusivo e à

dependência de álcool, tabaco e outras drogas e o devido encaminhamento aos serviços assistenciais e de saúde;

VIII - valorização das parcerias com instituições da sociedade civil na abordagem das questões de prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes de álcool, tabaco e outras drogas;

IX - proibição de propagandas de bebidas contendo qualquer teor alcoólico com a participação de pessoa com menos de 18 (dezoito) anos de idade;

X - veiculação de campanhas educativas relativas ao álcool, ao tabaco e a outras drogas como causadores de dependência; e

XI - articulação das instâncias de saúde e justiça na prevenção do uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, inclusive esteróides anabolizantes e, especialmente, crack.

Seção VI **Do Direito à Cultura**

Art. 21. O jovem tem direito à cultura, incluindo a

livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social.

Art. 22. Na consecução dos direitos culturais da juventude, compete ao poder público:

I - garantir ao jovem a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;

II - propiciar ao jovem o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;

III - incentivar os movimentos de jovens a desenvolver atividades artístico-culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico;

IV - valorizar a capacidade criativa do jovem, mediante o desenvolvimento de programas e projetos culturais;

V - propiciar ao jovem o conhecimento da diversidade cultural, regional e étnica do País;

VI - promover programas educativos e culturais voltados para a problemática do jovem nas emisoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

VII - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação;

VIII - assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa; e

IX - garantir ao jovem com deficiência acessibilidade e adaptações razoáveis.

Parágrafo único. A aplicação dos incisos I, III e VIII do caput deve observar a legislação específica sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes.

Art. 23. É assegurado aos jovens de até 29 (vinte e nove) anos pertencentes a famílias de baixa renda e aos estudantes, na forma do regulamento, o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento, em todo o

território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso cobrado do público em geral.

§ 1º Terão direito ao benefício previsto no caput os estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino previstos no Título V da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que comprovem sua condição de discente, mediante apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da Carteira de Identificação Estudantil - CIE.

§ 2º A CIE será expedida preferencialmente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e por entidades estudantis estaduais e municipais a elas filiadas.

§ 3º É garantida a gratuidade na expedição da CIE para estudantes pertencentes a famílias de baixa renda, nos termos do regulamento.

§ 4º As entidades mencionadas no § 2º deste artigo deverão tornar disponível, para eventuais consultas pelo poder público e pelos estabelecimentos referidos no caput, banco de dados com o nome e o número de registro dos estudantes portadores da Carteira de Identificação Estudantil, expedida nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º A CIE terá validade até o dia 31 de março do ano subsequente à data de sua expedição.

§ 6º As entidades mencionadas no § 2º deste artigo são obrigadas a manter o documento comprobatório do vínculo do aluno com o estabelecimento escolar, pelo mesmo prazo de validade da respectiva Carteira de Identificação Estudantil.

§ 7º Caberá aos órgãos públicos competentes federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a fiscalização do cumprimento do disposto neste artigo e a aplicação das sanções cabíveis, nos termos do regulamento.

§ 8º Os benefícios previstos neste artigo não incidirão sobre os eventos esportivos de que tratam as Leis nos 12.663, de 5 de junho de 2012, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

§ 9º Considera-se de baixa renda, para os fins do disposto no caput, a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico cuja renda mensal seja de até 2 (dois) salários mínimos.

§ 10º A concessão do benefício da meia-entrada de que trata o caput é limitada a 40% (quarenta por cento) do total de ingressos disponíveis para cada evento.

Art. 24. O poder público destinará, no âmbito dos respectivos orçamentos, recursos financeiros para o fomento dos projetos culturais destinados aos jovens e por eles produzidos.

Art. 25. Na destinação dos recursos do Fundo Nacional da Cultura - FNC, de que trata a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, serão consideradas as necessidades específicas dos jovens em relação à ampliação do acesso à cultura e à melhoria das condições para o exercício do protagonismo no campo da produção cultural.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas poderão optar pela aplicação de parcelas do imposto sobre a renda a título de doações ou

patrocínios, de que trata a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, no apoio a projetos culturais apresentados por entidades juvenis legalmente constituídas há, pelo menos, 1 (um) ano.

Seção VII

Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão

Art. 26. O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Art. 27. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à comunicação e à liberdade de expressão contempla a adoção das seguintes medidas:

I - incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

II - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação;

III - promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência;

IV - incentivar a criação e manutenção de equipamentos públicos voltados para a promoção do direito do jovem à comunicação; e

V - garantir a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para os jovens com deficiência.

Seção VIII

Do Direito ao Desporto e ao Lazer

Art. 28. O jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação.

Parágrafo único. O direito à prática desportiva dos adolescentes deverá considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 29. A política pública de desporto e lazer destinada ao jovem deverá considerar:

I - a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos e dos equipamentos de lazer no Brasil;

II - a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade;

III - a valorização do desporto e do paradesporto educacional;

IV - a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer.

Art. 30. Todas as escolas deverão buscar pelo menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas.

Seção IX

Do Direito ao Território e à Mobilidade

Art. 31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade.

Parágrafo único. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias.

Art. 32. No sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I - a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para jovens de baixa renda;

II - a reserva de 2 (duas) vagas por veículo com desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os jovens de baixa renda, a serem utilizadas após esgotadas as vagas previstas no inciso I.

Parágrafo único. Os procedimentos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II serão definidos em regulamento.

Art. 33. A União envidará esforços, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para promover a oferta de transporte público subsidiado para os jovens, com prioridade para os jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade, na forma do regulamento.

Seção X

Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente

Art. 34. O jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações.

Art. 35. O Estado promoverá, em todos os níveis de ensino, a educação ambiental voltada para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente.

Art. 36. Na elaboração, na execução e na avaliação de políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, o poder público deverá considerar:

I - o estímulo e o fortalecimento de organizações, movimentos, redes e outros coletivos de juventude que atuem no âmbito das questões ambientais e em prol do desenvolvimento sustentável;

II - o incentivo à participação dos jovens na elaboração das políticas públicas de meio ambiente;

III - a criação de programas de educação ambiental destinados aos jovens; e

IV - o incentivo à participação dos jovens em projetos de geração de trabalho e renda que visem ao desenvolvimento sustentável nos âmbitos rural e urbano.

Parágrafo único. A aplicação do disposto no inciso IV do caput deve observar a legislação específica sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes.

Seção XI

Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

Art. 37. Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.

Art. 38. As políticas de segurança pública voltadas para os jovens deverão articular ações da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e ações não governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração com as demais políticas voltadas à juventude;

II - a prevenção e enfrentamento da violência;

III - a promoção de estudos e pesquisas e a obtenção de estatísticas e informações relevantes para subsidiar as ações de segurança pública e permitir a avaliação periódica dos impactos das políticas públicas quanto às causas, às consequências e à frequência da violência contra os jovens;

IV - a priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco, vulnerabilidade social e egressos do sistema penitenciário nacional;

V - a promoção do acesso efetivo dos jovens à Defensoria Pública, considerando as especificidades da condição juvenil; e

VI - a promoção do efetivo acesso dos jovens com deficiência à justiça em igualdade de condições com as demais pessoas, inclusive mediante a provisão de adaptações processuais adequadas a sua idade.

TÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE

CAPÍTULO I DO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE - SINAJUVE

Art. 39. É instituído o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, cujos composição, organização, competência e funcionamento serão definidos em regulamento.

Art. 40. O financiamento das ações e atividades realizadas no âmbito do Sinajuve será definido em regulamento.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 41. Compete à União:

I - formular e coordenar a execução da Política Nacional de Juventude;

II - coordenar e manter o Sinajuve;

III - estabelecer diretrizes sobre a organização e o funcionamento do Sinajuve;

IV - elaborar o Plano Nacional de Políticas de Juventude, em parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade, em especial a juventude;

V - convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Nacional de Juventude, as Conferências Nacionais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos;

VI - prestar assistência técnica e suplementação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de juventude;

VII - contribuir para a qualificação e ação em rede do Sinajuve em todos os entes da Federação;

VIII - financiar, com os demais entes federados, a execução das políticas públicas de juventude;

IX - estabelecer formas de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a execução das políticas públicas de juventude; e

X - garantir a publicidade de informações sobre repasses de recursos para financiamento das

políticas públicas de juventude aos conselhos e gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Art. 42. Compete aos Estados:

I - coordenar, em âmbito estadual, o Sinajuve;

II - elaborar os respectivos planos estaduais de juventude, em conformidade com o Plano Nacional, com a participação da sociedade, em especial da juventude;

III - criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas públicas de juventude;

IV - convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Estadual de Juventude, as Conferências Estaduais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos;

V - editar normas complementares para a organização e o funcionamento do Sinajuve, em âmbito estadual e municipal;

VI - estabelecer com a União e os Municípios formas de colaboração para a execução das políticas públicas de juventude; e

VII - cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população jovem do País.

Art. 43. Compete aos Municípios:

I - coordenar, em âmbito municipal, o Sinajuve;

II - elaborar os respectivos planos municipais de juventude, em conformidade com os respectivos Planos Nacional e Estadual, com a participação da sociedade, em especial da juventude;

III - criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas públicas de juventude;

IV - convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Municipal de Juventude, as Conferências Municipais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos;

V - editar normas complementares para a

organização e funcionamento do Sinajuve, em âmbito municipal;

VI - cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude; e

VII - estabelecer mecanismos de cooperação com os Estados e a União para a execução das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Para garantir a articulação federativa com vistas ao efetivo cumprimento das políticas públicas de juventude, os Municípios podem instituir os consórcios de que trata a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.

Art. 44. As competências dos Estados e Municípios são atribuídas, cumulativamente, ao Distrito Federal.

CAPÍTULO III DOS CONSELHOS DE JUVENTUDE

Art. 45. Os conselhos de juventude são órgãos

permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de tratar das políticas públicas de juventude e da garantia do exercício dos direitos do jovem, com os seguintes objetivos:

I - auxiliar na elaboração de políticas públicas de juventude que promovam o amplo exercício dos direitos dos jovens estabelecidos nesta Lei;

II - utilizar instrumentos de forma a buscar que o Estado garanta aos jovens o exercício dos seus direitos;

III - colaborar com os órgãos da administração no planejamento e na implementação das políticas de juventude;

IV - estudar, analisar, elaborar, discutir e propor a celebração de instrumentos de cooperação, visando à elaboração de programas, projetos e ações voltados para a juventude;

V - promover a realização de estudos relativos à juventude, objetivando subsidiar o planejamento das políticas públicas de juventude;

VI - estudar, analisar, elaborar, discutir e propor políticas públicas que permitam e garantam a

integração e a participação do jovem nos processos social, econômico, político e cultural no respectivo ente federado;

VII - propor a criação de formas de participação da juventude nos órgãos da administração pública;

VIII - promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para o debate de temas relativos à juventude;

IX - desenvolver outras atividades relacionadas às políticas públicas de juventude.

§ 1º A lei, em âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, disporá sobre a organização, o funcionamento e a composição dos conselhos de juventude, observada a participação da sociedade civil mediante critério, no mínimo, paritário com os representantes do poder público.

§ 2º (VETADO).

Art. 46. São atribuições dos conselhos de juventude:

I - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos do jovem garantidos na legislação;

II - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

III - expedir notificações;

IV - solicitar informações das autoridades públicas;

V - assessorar o Poder Executivo local na elaboração dos planos, programas, projetos, ações e proposta orçamentária das políticas públicas de juventude.

Art. 47. Sem prejuízo das atribuições dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos neste Estatuto, cabe aos conselhos de direitos da criança e do adolescente deliberar e controlar as ações em todos os níveis relativas aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.
Brasília, 5 de agosto de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Antonio de Aguiar Patriota

Guido Mantega

César Borges

Aloizio Mercadante

Manoel Dias

Alexandre Rocha Santos Padilha

Miriam Belchior

Paulo Bernardo Silva

Tereza Campello

Marta Suplicy

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Aldo Rebelo

Gilberto José Spier Vargas

Aguinaldo Ribeiro

Gilberto Carvalho

Luís Inácio Lucena Adams

Luiza Helena de Bairros

Eleonora Menicucci de Oliveira

Maria do Rosário Nunes


**Este texto não substitui o publicado no DOU de
6.8.2013**



Presidencia de la República
Casa Civil
Subjefatura de Asuntos Jurídicos

Estatuto de la Juventud


LEY N° 12.852, DEL 5 DE AGOSTO DE 2013



El Estatuto de la Juventud (Ley 12.852/13) es un legado enorme para Brasil. Al regular los derechos de los jóvenes, las directrices de las políticas públicas de juventud y la creación del Sistema Nacional de la Juventud, el Estatuto convierte en una obligación del Estado, independientemente de la voluntad de los gobiernos, la realización de políticas dirigidas especialmente a las personas entre 15 y 19 años.

Gracias al Estatuto, el Estado brasileño reconoce el papel estratégico de la juventud en el desarrollo del país e indica los derechos que deben ser garantizados, de acuerdo con las especificidades de dicha población.

Dichos derechos son los siguientes: derecho a la ciudadanía, a la participación social y política y a la representación juvenil; derecho a la educación; derecho a la profesionalización, al trabajo y a la renta; derecho a la diversidad y a la igualdad; derecho a la salud, derecho a la cultura; derecho a la comunicación y a la libertad de expresión; derecho al deporte y al ocio; derecho al territorio y a la movilidad; derecho a la sostenibilidad y al medio ambiente; derecho a la seguridad pública y al acceso a la justicia.



Además, el Estatuto de la Juventud completa el primer ciclo de leyes que garantizan derechos generacionales en Brasil, iniciado con la aprobación del Estatuto del Niño y el Adolescente (ECA), en 1990, y el Estatuto del Anciano, en 2003.

Resultado de la lucha de varias generaciones, el Estatuto de la Juventud es al mismo tiempo un triunfo y un reto. Enarbolar cada avance contenido en él es el próximo paso de todos los que luchan por un Brasil más justo.

Severine Macedo

Secretaria Nacional de Juventud.

LEY Nº 12.852, DEL 5 DE AGOSTO DE 2013

Instituye el Estatuto de la Juventud y dispone sobre los derechos de los jóvenes, los principios y directrices de las políticas públicas de juventud y el Sistema Nacional de Juventud - SINAJUVE.

LA PRESIDENTA DE LA REPÚBLICA Hago saber que el Congreso Nacional decreta y yo sanciono la siguiente Ley:

TÍTULO I DE LOS DERECHOS Y DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUD CAPÍTULO I DE LOS PRINCÍPIOS Y DIRECTRICES DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUD

Art. 1º Esta Ley instituye el Estatuto de la Juventud y dispone sobre los derechos de los jóvenes, los principios y directrices de las políticas públicas de juventud y el Sistema Nacional de Juventud - SINAJUVE.

§ 1º Para los efectos de esta Ley, son consideradas jóvenes las personas con edad entre 15 (quince) y 29 (veintinueve) años de edad.

§ 2º A los adolescentes con edad entre 15 (quince) y 18 (dieciocho) años se aplica la Ley no 8.069, del 13 de julio de 1990 - Estatuto del Niño y del Adolescente, y, excepcionalmente, este Estatuto, cuando no conflicte con las normas de protección integral del adolescente.

Sección I De los Principios

Art. 2º Lo dispuesto en esta Ley y las políticas públicas de juventud son regidos por los siguientes principios:

I - promoción de la autonomía y emancipación de los jóvenes;

II - valorización y promoción de la participación social y política, de forma directa y por medio de sus representaciones;

III - promoción de la creatividad y de la participación en el desarrollo del País;

IV - reconocimiento del joven como sujeto de derechos universales, generacionales y singulares;

V - promoción del bienestar, de la experimentación y del desarrollo integral del joven;

VI - respeto a la identidad y a la diversidad individual y colectiva de la juventud;

VII - promoción de la vida segura, de la cultura de la paz, de la solidaridad y de la no discriminación; y

VIII - valorización del diálogo y convivencia del joven con las demás generaciones.

Párrafo único. La emancipación de los jóvenes a que se refiere el inciso I del caput se refiere a la trayectoria de inclusión, libertad y participación del joven en la vida en sociedad, y no al instituto de la emancipación disciplinado por la Ley no 10.406, del 10 de enero de 2002 - Código Civil.

Sección II

Directrices Generales

Art. 3º Los agentes públicos o privados involucrados con políticas públicas de juventud deben cumplir las siguientes directrices:

I - desarrollar la intersectorialidad de las políticas estructurales, programas y acciones;

II – incentivar la amplia participación juvenil en su formulación, implementación y evaluación;

III - ampliar las alternativas de inserción social del joven, promoviendo programas que prioricen su desarrollo integral y participación activa en los espacios decisorios;

IV - proporcionar atención de acuerdo con sus especificidades ante los órganos públicos y privados prestadores de servicios a la población, con el objetivo del gozo de derechos simultáneamente en los campos de salud, educacional, político, económico, social, cultural y ambiental;

V - garantizar medios y equipamientos públicos que promuevan el acceso a la producción cultural, a la práctica deportiva, a la movilidad territorial y a la fruición del tiempo libre;

VI - promover el territorio como espacio de integración;

VII - fortalecer las relaciones institucionales con los entes federados y las redes de órganos, gestores y consejos de juventud;

VIII - establecer mecanismos que amplíen la gestión de información y producción de conocimiento sobre juventud;

IX - promover la integración internacional entre los jóvenes, preferentemente en el ámbito de América Latina y de África, y la cooperación internacional;

X - garantizar la integración de las políticas de juventud con los Poderes Legislativo y Judicial, con el Ministerio Público y con la Defensoría Pública; y

XI - celar por los derechos de los jóvenes con edad entre 18 (dieciocho) y 29 (veintinueve) años privados de libertad y egresos del sistema

penitenciario, formulando políticas de educación y trabajo, incluyendo estímulos a su reinserción social y laboral, así como creando y estimulando oportunidades de estudio y trabajo que favorezcan el cumplimiento del régimen semiabierto.

CAPÍTULO II

DE LOS DERECHOS DE LOS JOVENES

Sección I

Del Derecho a la Ciudadanía, a la Participación Social y Política y a la Representación Juvenil

Art. 4º El joven tiene derecho a la participación social y política y en la formulación, ejecución y evaluación de las políticas públicas de juventud.

Párrafo único. Se entiende por participación juvenil:

I - la inclusión del joven en los espacios públicos y comunitarios a partir de su concepción como persona activa, libre, responsable y digna de ocupar una posición central en los procesos políticos y sociales;

II - el involucramiento activo de los jóvenes en acciones de políticas públicas que tengan por objetivo el propio beneficio, o de sus comunidades, ciudades y regiones y el del País;

III - la participación individual y colectiva del joven en acciones que contemplen la defensa de los derechos de la juventud o de temas afectos a los jóvenes; y

IV - la efectiva inclusión de los jóvenes en los espacios públicos de decisión con derecho a voz y voto.

Art. 5º La interlocución de la juventud con el poder público puede realizarse por intermedio de asociaciones, redes, movimientos y organizaciones juveniles.

Párrafo único. Es deber del poder público incentivar la libre asociación de los jóvenes.

Art. 6º Son directrices de la interlocución institucional juvenil:

I - la definición de órgano gubernamental específico para la gestión de las políticas públicas de juventud;

II - el incentivo a la creación de consejos de juventud en todos los entes de la Federación.

Párrafo único. Sin perjuicio de las atribuciones del órgano gubernamental específico para la gestión de las políticas públicas de juventud y de los consejos de juventud con relación a los derechos previstos en este Estatuto, cabe al órgano gubernamental de gestión y a los consejos de los derechos del niño y del adolescente la interlocución institucional con adolescentes de edad entre 15 (quince) y 18 (dieciocho) años.

Sección II

Del Derecho a la Educación

Art. 7º El joven tiene derecho a la educación de calidad, con la garantía de educación básica, obligatoria y gratuita, inclusive para los que a ella no tuvieran acceso en la edad adecuada.

§ 1º La educación básica será impartida en lengua portuguesa, asegurada a los jóvenes indígenas y de pueblos y comunidades tradicionales la utilización de sus lenguas maternas y de procesos propios de aprendizaje.

§ 2º Es deber del Estado ofrecer a los jóvenes que no concluyeran la educación básica programas en modalidad de educación de jóvenes y adultos,

adaptados a las necesidades y especificidades de la juventud, inclusive en el período nocturno, exceptuando la legislación educacional específica.

§ 3º Se asegura a los jóvenes con sordera el uso y la enseñanza de la Lengua Brasileña de Señales - LIBRAS, en todas las etapas y modalidades educacionales.

§ 4º Es asegurada a los jóvenes con deficiencia la inclusión en la educación regular en todos los niveles y modalidades educacionales, incluyendo la atención educacional especializada, cumplida la accesibilidad a edificios, transportes, espacios, mobiliarios, equipamientos, sistemas y medios de comunicación y asegurados los recursos de tecnología asistencial y adaptaciones necesarias a cada persona.

§ 5º La Política Nacional de Educación en el Campo contemplará la ampliación de la oferta de educación para los jóvenes del campo, en todos los niveles y modalidades educacionales.

Art. 8º El joven tiene derecho a la educación superior, en instituciones públicas o privadas, con variados grados de alcance del saber o

especialización del conocimiento, observadas las reglas de acceso de cada institución.

§ 1º Es asegurado a los jóvenes negros, indígenas y alumnos oriundos de la escuela pública el acceso a la educación superior en las instituciones públicas por medio de políticas afirmativas, en los términos de la ley.

§ 2º El poder público promoverá programas de expansión de la oferta de educación superior en las instituciones públicas, de financiamiento estudiantil y de becas de estudios en las instituciones privadas, en especial para jóvenes con deficiencia, negros, indígenas y alumnos oriundos de la escuela pública.

Art. 9º El joven tiene derecho a la educación profesional y tecnológica, articulada con los diferentes niveles y modalidades de educación, al trabajo, a la ciencia y a la tecnología, observada la legislación vigente.

Art. 10. Es deber del Estado asegurar al joven con deficiencia la atención educacional especializada gratuita, preferentemente, en la red regular de enseñanza.

Art. 11. El derecho al programa suplementario de transporte escolar de que trata el art. 4º de la Ley no 9.394, del 20 de diciembre de 1996, será progresivamente extendido al joven estudiante de la educación básica, de la educación media y de la educación superior, en el campo y en la ciudad.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 12. Es garantizada la participación efectiva del segmento juvenil, respetada su libertad de organización, en los consejos e instancias deliberativas de gestión democrática de las escuelas y universidades.

Art. 13. Las escuelas y las universidades deberán formular e implantar medidas de democratización del acceso y permanencia, inclusive programas de asistencia estudiantil, acción afirmativa e inclusión social para los jóvenes estudiantes.

Sección III

Del Derecho a la Profesionalización, al Trabajo y a la Renta

Art. 14. El joven tiene derecho a la profesionalización, al trabajo y a la renta, ejercido en condiciones de libertad, equidad y seguridad, adecuadamente remunerado y con protección social.

Art. 15. La acción del poder público en la efectivación del derecho del joven a la profesionalización, al trabajo y a la renta contempla la adopción de las siguientes medidas:

I - promoción de formas colectivas de organización para el trabajo, de redes de economía solidaria y de la libre asociación;

II - oferta de condiciones especiales de jornada de trabajo por medio de:

a) compatibilización entre los horarios de trabajo y de estudio;

b) oferta de los niveles, formas y modalidades de enseñanza en horarios que permitan la compatibilización de la frecuencia escolar con el trabajo regular;

III - creación de línea de crédito especial destinada a los jóvenes emprendedores;

IV - actuación estatal preventiva y represiva sobre la explotación y precarización del trabajo juvenil;

V - adopción de políticas públicas dirigidas a la promoción de la pasantía, aprendizaje y trabajo para la juventud;

VI - apoyo al joven trabajador rural en la organización de la producción de la agricultura familiar y de los emprendimientos familiares rurales, por medio de las siguientes acciones:

a) estímulo a la producción y a la diversificación de productos;

b) fomento a la producción sustentable basada en la agroecología, en las agroindustrias familiares, en la integración entre agricultura, pecuaria y bosque y en el extractivismo sustentable;

c) inversión en investigación de tecnologías apropiadas para la agricultura familiar y a los emprendimientos familiares rurales;

d) estímulo a la comercialización directa de la producción de la agricultura familiar, a los emprendimientos familiares rurales y a la formación de cooperativas;

e) garantía de proyectos de infraestructura básica de acceso y salida de producción, priorizando la mejora de los caminos y del transporte;

f) promoción de programas que favorezcan el acceso al crédito, a la tierra y a la asistencia técnica rural;

VII - apoyo al joven trabajador con discapacidad, por medio de las siguientes acciones:

a) estímulo a la formación y a la calificación profesional en ambiente inclusivo;

b) oferta de condiciones especiales de jornada de trabajo;

c) estímulo a la inserción en el mercado de trabajo por medio de la condición de aprendiz.

Art. 16. El derecho a la profesionalización y a la protección en el trabajo de los adolescentes con edad entre 15 (quince) y 18 (dieciocho) años será

regido por los dispuesto en la Ley no 8.069, de 13 de julio de 1990 - Estatuto del Niño y del Adolescente, y en leyes específicas, no aplicándose lo previsto en esta Sección.

Sección IV

Del Derecho a la Diversidad y a la Igualdad

Art. 17. El joven tiene derecho a la diversidad y a la igualdad de derechos y de oportunidades y no será discriminado por motivo de:

I - etnia, raza, color de la piel, cultura, origen, edad y sexo;

II - orientación sexual, idioma o religión;

III - opinión, deficiencia y condición social o económica.

Art. 18. La acción del poder público en la efectivación del derecho del joven a la diversidad y a la igualdad contempla la adopción de las siguientes medidas:

I - adopción, en los ámbitos federal, estatal, municipal y del Distrito Federal, de programas

gubernamentales destinados a asegurar la igualdad de derechos a los jóvenes de todas las razas y etnias, independientemente de su origen, relativamente a la educación, a la profesionalización, al trabajo y renta, a la cultura, a la salud, a la seguridad, a la ciudadanía y al acceso a la justicia;

II - capacitación de los profesores de la educación básica y media para la aplicación de las directrices curriculares nacionales en lo que se refiere al enfrentamiento de todas las formas de discriminación;

III - inclusión de temas sobre cuestiones étnicas, raciales, de deficiencia, de orientación sexual, de género y de violencia doméstica y sexual practicada contra la mujer en la formación de los profesionales de educación, de salud y de seguridad pública y de los operadores del derecho;

IV – cumplimiento de las directrices curriculares para la educación indígena como forma de preservación de esa cultura;

V - inclusión, en los contenidos curriculares, de informaciones sobre la discriminación en la sociedad brasileña y sobre el derecho de todos los grupos e individuos a tratamiento igualitario ante la ley; e

VI - inclusión, en los contenidos curriculares, de temas relacionados a la sexualidad, respetando la diversidad de valores y creencias.

Sección V

Del Derecho a la Salud

Art. 19. El joven tiene derecho a la salud y a la calidad de vida, considerando sus especificidades en la dimensión de la prevención, promoción, protección y recuperación de la salud de forma integral.

Art. 20. La política pública de atención a la salud del joven será desarrollada en consonancia con las siguientes directrices:

I - acceso universal y gratuito al Sistema Único de Salud - SUS y a servicios de salud humanizados y de calidad, que respeten las especificidades del joven;

II - atención integral a la salud, con especial énfasis a la atención a la prevención de los agravios más prevalentes en los jóvenes;

III - desarrollo de acciones articuladas entre los servicios de salud y los establecimientos de enseñanza, la sociedad y la familia, con vistas a la prevención de agravios;

IV - garantía de la inclusión de temas relativos al consumo de alcohol, tabaco y otras drogas, a la salud sexual y reproductiva, con enfoque de género y de los derechos sexuales y reproductivos en los proyectos pedagógicos de los diversos niveles de educación;

V - reconocimiento del impacto del embarazo planeado o no, bajo los aspectos médico, psicológico, social y económico;

VI - capacitación de los profesionales de salud, en una perspectiva multiprofesional, para lidiar con temas relativos a la salud sexual y reproductiva de los jóvenes, inclusive con deficiencia, y al abuso de alcohol, tabaco y otras drogas por los jóvenes;

VII - habilitación de los profesores y profesionales de salud y de asistencia social para la identificación de los problemas relacionados al uso abusivo y a la dependencia de alcohol, tabaco y otras drogas y el debido pase a los servicios asistenciales y de salud;

VIII - valorización de las alianzas con instituciones de la sociedad civil en el abordaje de las cuestiones de prevención, tratamiento y reinserción social de los usuarios y dependientes de alcohol, tabaco y otras drogas;

IX – prohibición de propagandas de bebidas conteniendo cualquier tenor alcohólico con la participación de persona con menos de 18 (dieciocho) años de edad;

X - vehiculación de campañas educativas relativas al alcohol, al tabaco y a otras drogas como causadores de dependencia; y

XI - articulación de las instancias de salud y justicia en la prevención del uso y abuso de alcohol, tabaco y otras drogas, inclusive esteroides anabolizantes y, especialmente, crack.

Sección VI

Del Derecho a la Cultura

Art. 21. El joven tiene derecho a la cultura, incluyendo la libre creación, el acceso a los bienes y servicios culturales y la participación en las decisiones de política cultural, a la identidad y diversidad cultural y a la memoria social.

Art. 22. En la consecución de los derechos culturales de la juventud, compete al poder público:

I - garantizar al joven la participación en el proceso de producción, reelaboración y fruición de los bienes culturales;

II - propiciar al joven el acceso a los lugares y eventos culturales, mediante precios reducidos, en ámbito nacional;

III - incentivar los movimientos de jóvenes a desarrollar actividades artístico-culturales y acciones dirigidas a la preservación del patrimonio histórico;

IV - valorizar la capacidad creativa del joven, mediante el desarrollo de programas y proyectos culturales;

V - propiciar al joven el conocimiento de la diversidad cultural, regional y étnica del País;

VI - promover programas educativos y culturales dirigidos para la problemática del joven en las emisoras de radio y televisión y en los demás medios de comunicación de masa;

VII - promover la inclusión digital de los jóvenes, por medio del acceso a las nuevas tecnologías de la información y comunicación

VIII - asegurar al joven del campo el derecho a la producción y a la fruición cultural y a los equipamientos públicos que valoricen la cultura campesina; y

IX - garantizar al joven con deficiencia accesibilidad y adaptaciones razonables.

Párrafo único. La aplicación de los incisos I, III y VIII del caput debe observar la legislación específica sobre el derecho a la profesionalización y a la protección en el trabajo de los adolescentes.

Art. 23. Es asegurado a los jóvenes de hasta 29 (veintinueve) años pertenecientes a familias de baja renta y a los estudiantes, en la forma de reglamento, el acceso a salas de cine, cineclubes, teatros, espectáculos musicales y circenses, eventos educativos, deportivos, de ocio y entretenimiento, en todo el territorio nacional, promovidos por cualquier entidad y realizados en establecimientos públicos o particulares, mediante pago de la mitad del precio del ingreso cobrado del público en general.

§ 1º Tendrán derecho al beneficio previsto en el caput los estudiantes regularmente matriculados en los niveles y modalidades de educación y

educación previstos en el Título V de la Ley no 9.394, de 20 de diciembre de 1996 - Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, que comprueben su condición de discente, mediante presentación, al momento de la adquisición de la entrada y en la portería del local de realización del evento, de la Libreta de Identificación Estudiantil - CIE.

§ 2º La CIE será expedida preferentemente por la Asociación Nacional de Posgraduados, por la Unión Nacional de los Estudiantes, por la Unión Brasileña de los Estudiantes Secundarios y por entidades estudiantiles estatales y municipales a ellas afiliadas.

§ 3º Es garantizada la gratuidad en la expedición de la CIE para estudiantes pertenecientes a familias de bajos ingresos, en los términos del reglamento.

§ 4º Las entidades mencionadas en el § 2º de este artículo deberán tornar disponible, para eventuales consultas por el poder público y por los establecimientos referidos en el caput, banco de datos con el nombre y el número de registro de los estudiantes portadores de la Libreta de Identificación Estudiantil, expedida en los términos del § 3º de este artículo.

§ 5º La CIE tendrá validez hasta el día 31 de marzo del año subsecuente a la fecha de su expedición.

§ 6º Las entidades mencionadas en el § 2º de este artículo son obligadas a mantener el documento comprobatorio del vínculo del alumno con el establecimiento escolar, por el mismo plazo de validez de la respectiva Libreta de Identificación Estudiantil.

§ 7º Cabrá a los órganos públicos competentes federales, estatales, municipales y del Distrito Federal a fiscalización del cumplimiento de lo dispuesto en este artículo y la aplicación de las sanciones cabibles, en los términos del reglamento.

§ 8º Los beneficios previstos en este artículo no incidirán sobre los eventos deportivos de que tratan las Leyes nos 12.663, del 5 de junio de 2012, y 12.780, de 9 de enero de 2013.

§ 9º Se considera de baja renta, para los fines de lo dispuesto en el caput, la familia inscrita en el Registro Único para Programas Sociales del Gobierno Federal - CadÚnico cuya renta mensual sea de hasta 2 (dos) salarios mínimos.

§ 10. La concesión del beneficio de la media-entrada de qué trata el caput es limitada a 40% (cuarenta por ciento) del total de ingresos disponibles para cada evento.

Art. 24. El poder público destinará, en el ámbito de los respectivos presupuestos, recursos financieros para el fomento de los proyectos culturales destinados a los jóvenes y por ellos producidos.

Art. 25. Sobre el destino de los recursos del Fondo Nacional de Cultura - FNC, de que trata la Ley no 8.313, del 23 de diciembre de 1991, serán consideradas las necesidades específicas de los jóvenes en relación a la ampliación del acceso a la cultura y a la mejora de las condiciones para el ejercicio del protagonismo en el campo de la producción cultural.

Párrafo único. Las personas físicas o jurídicas podrán optar por la aplicación de cuotas del impuesto sobre la renta a título de donaciones o patrocinios, de que trata la Ley no 8.313, del 23 de diciembre de 1991, en el apoyo a proyectos culturales presentados por entidades juveniles legalmente constituidas hace, por lo menos, 1 (un) año.

Sección VII

Del Derecho a la Comunicación y a la Libertad de Expresión

Art. 26. El joven tiene derecho a la comunicación y a la libre expresión, a la producción de contenido, individual y colaborativo, y al acceso a las tecnologías de información y comunicación.

Art. 27. La acción del poder público en la efectivación del derecho del joven a la comunicación y a la libertad de expresión contempla la adopción de las siguientes medidas:

I - incentivar programas educativos y culturales dirigidos a los jóvenes en las emisoras de radio y televisión y en los demás medios de comunicación de masa;

II - promover la inclusión digital de los jóvenes, por medio del acceso a las nuevas tecnologías de información y comunicación;

III - promover las redes y plataformas de comunicación de los jóvenes, considerando la accesibilidad para los jóvenes con discapacidad;

IV - incentivar la creación y mantenimiento de equipamientos públicos dirigidos a la promoción del derecho del joven a la comunicación; y

V - garantizar la accesibilidad a la comunicación por medio de tecnologías asistenciales y adaptaciones razonables para los jóvenes con discapacidad.

Sección VIII

Del Derecho al Deporte y al Ocio

Art. 28. El joven tiene derecho a la práctica deportiva destinada a su pleno desarrollo, con prioridad para el deporte de participación.

Párrafo único. El derecho a la práctica deportiva de los adolescentes deberá considerar su condición peculiar de persona en desarrollo.

Art. 29. La política pública de deporte y ocio destinada al joven deberá considerar:

I - la realización de diagnóstico y estudios estadísticos oficiales acerca de la educación física y de los deportes y de los equipamientos de ocio en Brasil;

II - la adopción de ley de incentivo fiscal para el deporte, con criterios que prioricen la juventud y promuevan la equidad;

III - la valorización del deporte y del paradesporte educacional;

IV - la oferta de equipamientos comunitarios que permitan la práctica deportiva, cultural y de ocio.

Art. 30. Todas las escuelas deberán buscar por los menos un lugar apropiado para la práctica de actividades polideportivas.

Sección IX

Del Derecho al Territorio y a la Movilidad

Art. 31. El joven tiene derecho al territorio y a la movilidad, incluyendo la promoción de políticas públicas de vivienda, circulación y equipamientos públicos, en el campo y en la ciudad.

Párrafo único. Al joven con deficiencia deben ser garantizadas la accesibilidad y las adaptaciones necesarias.

Art. 32. En el sistema de transporte colectivo interestatal, se observará, en los términos de la legislación específica:

I - la reserva de 2 (dos) cupos gratuitos por vehículo para jóvenes de baja renta;

II - la reserva de 2 (dos) cupos por vehículo con descuento de 50% (cincuenta por ciento), como mínimo, en el valor de los pasajes, para los jóvenes de baja renta, a ser utilizadas después de agotadas los cupos previstas en el inciso I.

Párrafo único. Los procedimientos y los criterios para el ejercicio de los derechos previstos en los incisos I y II serán definidos en reglamento.

Art. 33. La Unión envidará esfuerzos, en articulación con los Estados, el Distrito Federal y los Municipios, para promover la oferta de transporte público subsidiado para los jóvenes, con prioridad para los jóvenes en situación de pobreza y vulnerabilidad, en la forma del reglamento.

Sección X

Del Derecho a la Sustentabilidad y al Medio Ambiente

Art. 34. El joven tiene derecho a la sustentabilidad y al medio ambiente ecológicamente equilibrado, bien de uso común del pueblo, esencial a la sana calidad de vida, y el deber de defenderlo y preservarlo para la presente y las futuras generaciones.

Art. 35. El Estado promoverá, en todos los niveles de enseñanza, la educación ambiental dirigida a la preservación del medio ambiente y la sustentabilidad, de acuerdo con la Política Nacional de Medio Ambiente.

Art. 36. En la elaboración, en la ejecución y en la evaluación de políticas públicas que incorporen la dimensión ambiental, el poder público deberá considerar:

I- el estímulo y el fortalecimiento de organizaciones, movimientos, redes y otros colectivos de juventud que actúen en el ámbito de las cuestiones ambientales y en pro del desarrollo sustentable;

II - el incentivo a la participación de los jóvenes en la elaboración de las políticas públicas de medio ambiente;

III - la creación de programas de educación ambiental destinados a los jóvenes; y

IV - el incentivo a la participación de los jóvenes en proyectos de generación de trabajo y renta que apuntan al desarrollo sustentable en los ámbitos rural y urbano.

Párrafo único. La aplicación de lo dispuesto en el inciso IV del caput debe observar la legislación específica sobre el derecho a la profesionalización y a la protección en el trabajo de los adolescentes.

Sección XI

Del Derecho a la Seguridad Pública y al Acceso a la Justicia

Art. 37. Todos los jóvenes tienen derecho de vivir en un ambiente seguro, sin violencia, con garantía de su incolumidad física y mental, siendo aseguradas la igualdad de oportunidades y facilidades para su perfeccionamiento intelectual, cultural y social.

Art. 38. Las políticas de seguridad pública dirigidas a los jóvenes deberán articular acciones de la Unión, de los Estados, del Distrito Federal y de los Municipios y acciones no gubernamentales, teniendo por directrices:

I - la integración con las demás políticas dirigidas a la juventud;

II - la prevención y enfrentamiento de la violencia;

III - la promoción de estudios e investigaciones y la obtención de estadísticas e informaciones relevantes para subsidiar las acciones de seguridad pública y permitir la evaluación periódica de los impactos de las políticas públicas sobre las causas, las consecuencias y la frecuencia de violencia contra los jóvenes;

IV - la priorización de acciones dirigidas a los jóvenes en situación de riesgo, vulnerabilidad social y egresos del sistema penitenciario nacional;

V - la promoción del acceso efectivo de los jóvenes a la Defensoría Pública, considerando las especificidades de la condición juvenil; y

VI - la promoción del efectivo acceso de los jóvenes con deficiencia a la justicia en igualdad de condiciones con las demás personas, inclusive mediante la provisión de adaptaciones procesuales adecuadas a su edad.

TÍTULO II DEL SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUD

CAPÍTULO I DEL SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUD - SINAJUVE

Art. 39. Es instituido el Sistema Nacional de Juventud - SINAJUVE, cuyos composición, organización, competencia y funcionamiento serán definidos en reglamento.

Art. 40. El financiamiento de las acciones y actividades realizadas en el ámbito del Sinajuve será definido en reglamento.

CAPÍTULO II DE LAS COMPETENCIAS

Art. 41. Compete a la Unión:

I - formular y coordinar la ejecución de la Política Nacional de Juventud;

II - coordinar y mantener el Sinajuve;

III - establecer directrices sobre la organización y el funcionamiento del Sinajuve;

IV - elaborar el Plan Nacional de Políticas de Juventud, en alianza con los Estados, el Distrito Federal, los Municipios y la sociedad, en especial la juventud;

V - convocar y realizar, en conjunto con el Consejo Nacional de Juventud, las Conferencias Nacionales de Juventud, con intervalo máximo de 4 (cuatro) años;

VI - prestar asistencia técnica y suplementarían financiera a los Estados, al Distrito Federal y a los Municipios para el desarrollo de sus sistemas de juventud;

VII - contribuir para la calificación y acción en red del Sinajuve en todos los entes de la Federación;

VIII - financiar, con los demás entes federados, la ejecución de las políticas públicas de juventud;

IX - establecer formas de colaboración con los Estados, el Distrito Federal y los Municipios para la ejecución de las políticas públicas de juventud; y

X - garantizar la publicidad de informaciones sobre repases de recursos para financiamiento de las políticas públicas de juventud a los consejos y gestores estatales, del Distrito Federal y municipales.

Art. 42. Compete a los Estados:

I - coordinar, en ámbito estatal, el Sinajuve;

II - elaborar los respectivos planes estatales de juventud, en conformidad con el Plan Nacional, con la participación de la sociedad, en especial de la juventud;

III - crear, desarrollar y mantener programas, acciones y proyectos para la ejecución de las políticas públicas de juventud;

IV - convocar y realizar, en conjunto con el Consejo Estatal de Juventud, las Conferencias Estatales de Juventud, con intervalo máximo de 4 (cuatro) años;

V - editar normas complementarias para la organización y el funcionamiento del Sinajuve, en ámbito estatal y municipal;

VI - establecer con la Unión y los Municipios formas de colaboración para la ejecución de las políticas públicas de juventud; y

VII - cofinanciar, con los demás entes federados, la ejecución de programas, acciones y proyectos de las políticas públicas de juventud.

Párrafo único. Serán incluidos en los censos demográficos datos relativos a la población joven del País.

Art. 43. Compete a los Municipios:

I - coordinar, en ámbito municipal, el Sinajuve;

II - elaborar los respectivos planes municipales de juventud, en conformidad con los respectivos Planes Nacional y Estatal, con la participación de la sociedad, en especial de la juventud;

III - crear, desarrollar y mantener programas, acciones y proyectos para la ejecución de las políticas públicas de juventud;

IV - convocar y realizar, en conjunto con el Consejo Municipal de Juventud, las Conferencias Municipales de Juventud, con intervalo máximo de 4 (cuatro) años;

V - editar normas complementarias para la organización y funcionamiento del Sinajuve, en ámbito municipal;

VI - cofinanciar, con los demás entes federados, la ejecución de programas, acciones y proyectos de las políticas públicas de juventud; y

VII - establecer mecanismos de cooperación con los Estados y la Unión para la ejecución de las políticas públicas de juventud.

Párrafo único. Para garantizar la articulación federativa con vistas al efectivo cumplimiento de las políticas públicas de juventud, los Municipios pueden instituir los consorcios de que trata la Ley no 11.107, del 6 de abril de 2005, o cualquier otro instrumento jurídico adecuado, como forma de compartir responsabilidades.

Art. 44. Las competencias de los Estados y Municipios son atribuidas, cumulativamente, al Distrito Federal.

CAPÍTULO III DE LOS CONSEJOS DE JUVENTUD

Art. 45. Los consejos de juventud son órganos permanentes y autónomos, no jurisdiccionales, encargados de tratar de las políticas públicas de juventud y de la garantía del ejercicio de los derechos del joven, con los siguientes objetivos:

I - auxiliar en la elaboración de políticas públicas de juventud que promuevan el amplio ejercicio de los derechos de los jóvenes establecidos en esta Ley;

II - utilizar instrumentos de forma de buscar que el Estado garantice a los jóvenes el ejercicio de sus derechos;

III - colaborar con los órganos de la administración en la planificación y en la implementación de las políticas de juventud;

IV - estudiar, analizar, elaborar, discutir y proponer la celebración de instrumentos de cooperación, visando a la elaboración de programas, proyectos y acciones dirigidas a la juventud;

V - promover la realización de estudios relativos a la juventud, objetivando subsidiar la planificación de las políticas públicas de juventud;

VI - estudiar, analizar, elaborar, discutir y proponer políticas públicas que permitan y garanticen la integración y la participación del joven en los procesos social, económico, político y cultural en el respectivo ente federado;

VII - proponer la creación de formas de participación de la juventud en los órganos de la administración pública;

VIII - promover y participar de seminarios, cursos, congresos y eventos correlativos para el debate de temas relativos a la juventud;

IX - desarrollar otras actividades relacionadas a las políticas públicas de juventud.

§ 1º La ley, en ámbito federal, estatal, del Distrito Federal y municipal, dispondrá sobre la organización, el funcionamiento y la composición de los consejos de juventud, observada la participación de la sociedad civil mediante criterio, como mínimo, paritario con los representantes del poder público.

§ 2º (VETADO).

Art. 46. Son atribuciones de los consejos de juventud:

I - encaminar al Ministerio Público noticia de hecho que constituya infracción administrativa o penal contra los derechos del joven garantizados en la legislación;

II - encaminar a la autoridad judicial los casos de su competencia;

III - expedir notificaciones;

IV - solicitar informaciones de las autoridades públicas;

V - asesorar al Poder Ejecutivo local en la elaboración de los planes, programas, proyectos, acciones y propuesta presupuestaria de las políticas públicas de juventud.

Art. 47. Sin perjuicio de las atribuciones de los consejos de juventud con relación a los derechos previstos en este Estatuto, cabe a los consejos de derechos del niño y del adolescente deliberar y controlar las acciones en todos los niveles relativas a los adolescentes con edad entre 15 (quince) y 18 (dieciocho) años.

Art. 48. Esta Ley entra en vigor después de discurridos 180 (ciento ochenta) días de su publicación oficial.

Brasilia, 5 de agosto de 2013; 192º de la Independencia y 125º de la República.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Antonio de Aguiar Patriota

Guido Mantega

César Borges

Aloizio Mercadante

Manoel Dias

Alexandre Rocha Santos Padilha

Miriam Belchior

Paulo Bernardo Silva

Tereza Campello

Marta Suplicy

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Aldo Rebelo

Gilberto José Spier Vargas

Aguinaldo Ribeiro

Gilberto Carvalho

Luís Inácio Lucena Adams

Luiza Helena de Bairros

Eleonora Menicucci de Oliveira

Maria do Rosário Nunes


Este texto no substituye el publicado en el DOU de 6.8.2013



Executive Department
Office of the Chief of Staff
Sub-Office of Legal Affairs

Youth Statute


ACT 12.852, DATED AUGUST 5th, 2013



The Youth Statute (Law 12,852/13) is a tremendous legacy for Brazil. Through its provisions regarding the rights of youth, guidelines for political policies on youth and the establishment of the National Youth System, the Statute makes the execution of public policies especially directed towards people aged 15 to 29 a State obligation, regardless of the political will of governments.

With the Statute, the Brazilian State recognizes the strategic role youth plays in the country's development and indicates the rights that must be guaranteed in accordance with this population's specificity.

These are: the right to citizenship and to the social and political participation and representation of youth; the right to education; the right to learn a profession, to work and income; the right to diversity and equality; the right to health; the right to culture; the right to communication and freedom of expression; the right to sport and leisure; the right to territory and mobility; the right to sustainability and the environment; the right to public security and access to justice.



Furthermore, the Youth Statute completes the first cycle of laws that guarantee generational rights in Brazil, starting with the approval of the Statute on Children and Adolescents, in 1990, and the Senior Citizens' Statute, in 2003.

Fruit of the efforts of many generations, the Youth Statute is at the same time a victory and a new challenge. Making effective each and every legal gain contained in it is the next step for all those who fight for a fairer Brazil.

Severine Macedo
National Secretary for Youth

ACT 12.852, DATED AUGUST 5th, 2013

It establishes the Youth Statute and provides for the rights of the young people, the principles and guidelines of public policies for the youth and the National System of Youth [SINAJUVE].

I, the **PRESIDENT OF THE REPUBLIC**, proclaim that the National Congress has enacted and I hereby sanction the following Act:

TITLE I RIGHTS AND PUBLIC POLICIES OF THE YOUTH CHAPTER I PRINCIPLES AND GUIDELINES OF PUBLIC POLICIES FOR THE YOUTH

Article 1. This Act establishes the Youth Statute and provides for the rights of the young people, the principles and guidelines of public policies for the youth and the National System of Youth [SINAJUVE].

Paragraph 1. For the purposes of this Act, individuals aged fifteen (15) to twenty-nine (29) years old are considered young people.

Paragraph 2. The Act 8.069, dated July 13th, 1999 – Children and Teenagers Statute applies to teenagers aged fifteen (15) to eighteen (18) years old, in addition to this Statute, which exceptionally applies whenever it does not conflict with the norms of full protection of teenagers.

Section I

Principles

Article 2. The provisions set forth in this Act and the public policies for the youth are governed by the following principles:

I – promotion of the autonomy and emancipation of the young people;

II – valorization and promotion of the social and political participation directly and by means of representatives;

III – promotion of the creativity and participation in the development of the Country;

IV – acknowledgment of the young as an individual with universal, generational and specific rights;

V – promotion of the well-being, the experimentation and the full development of the young people;

VI – respect to the identity and the individual and collective diversity of the youth;

VII – promotion of a safe life, the culture of peace, the solidarity and the non-discrimination; and

VIII – valorization of the dialog and the close companionship of the young people with the remaining generations.

Sole Paragraph. The emancipation of the young people referred to in the Subsection I of the caput relates to their trajectory of inclusion, freedom and participation in the society, and not the emancipation regulated by the Act 10.406, dated January 10th, 2002 – Brazilian Civil Code.

Section II

General Guidelines

Article 3. The public or private agents involved in public policies for the youth shall adhere to the following guidelines:

I – develop the intersectoral approach of structural policies, programs and actions;

II – encourage the full participation of the youth in their formulation, implementation and evaluation;

III – expand the alternatives of social insertion of the young people, promoting programs that prioritize their full development and active participation in decision-making spaces;

IV – offer assistance according to their specificities by means of public and private entities that provide service to the population, in order to ensure the simultaneous enjoyment of health, education, political, economic, social, cultural and environmental rights;

V – ensure means and public facilities that further the access to cultural production, practice of sports, territorial mobility and enjoyment of free time;

VI – promote the territory as a space of integration;

VII – strengthen the institutional relationship between federative entities and the networks of bodies, managers and counsels of youth;

VIII – establish mechanisms that expand the management of information and production of knowledge about the youth;

IX – promote the international integration of the young people, preferably within the scope of Latin America and Africa, and the international cooperation;

X – ensure the integration of the policies for the youth with the Legislative and Judicial Powers, the Department of Justice and the Legal Aid Services; and

XI – oversee the rights of the young people aged eighteen (18) to twenty-nine (29) years old, who are deprived of their freedom and the ones who have been release from prison, including incentives for their reinsertion in the society and job market; create and further opportunities of study and work that favor the confinement in a minimum security facility.

CHAPTER II RIGHTS OF THE YOUNG PEOPLE

Section I

Right to Citizenship, Social and Politic Participation and Youth Representation

Article 4. Young people have the right to participate in social and political activities and take part in the formulation, implementation and evaluation of public policies for the youth.

Sole Paragraph. The participation of the youth is understood as:

I – the inclusion of young people in public and community spaces from their conception as an active, free and responsible person dignified to occupy a central position in political and social processes;

II – the active involvement of the young people in actions of public policies that aim their own benefit, or the benefit of their communities, cities, regions and the Country;

III – the individual and collective participation of the young people in actions that include the defense of the rights of the youth or subjects related to them; and

IV – the effective inclusion of the young people in public spaces of decision with right to voice and vote.

Article 5. The dialog between the youth and the Public Authority may be consolidated by means of youth associations, networks, movements and organizations.

Sole Paragraph. The Public Authority shall be responsible for furthering the free association of young people.

Article 6. The guidelines of the youth institutional dialog are as follows:

I – determination of specific governmental body to manage public policies for the youth;

II – incentive to the creation of youth council in all federative entities.

Sole Paragraph. Without prejudice to the duties of the specific governmental body appointed to manage public policies for the youth and the Youth Councils in relation to the rights set forth in this Statute, said entities shall be responsible for the

institutional dialog with teenagers aged fifteen (15) to eighteen (18) years old.

Section II

Right to Education

Article 7. Young people have the right to quality, elementary, mandatory and gratuitous education, including the ones that did not have access to said education at the proper age.

Paragraph 1. The elementary education shall be provided in Portuguese language, and the indigenous young people and the ones that belong to traditional communities shall be ensured with the use of their mother languages and their own learnings methods.

Paragraph 2. The State shall offer to the young people who did not conclude the elementary education programs similar to young people and adult education adapted to the needs and specificities of the youth, also in the night period, with exception of specific educational laws.

Paragraph 3. The hearing-impaired young people shall be ensured with the teaching and use of the Brazilian Sign Language [LIBRAS], in all levels and forms of education.

Paragraph 4. The young people who have any sort of disability shall be entitled to the regular education in all its levels and forms, including specialized educational assistance, with the observance of accessibility requirements for buildings, transportation, spaces, furniture, equipment, systems and means of communication, in addition to resources of assistive technology and adaptations necessary for each person.

Paragraph 5. The National Policy of Education in the Countryside shall expand the offer of all levels and forms of education for young people who reside in the countryside.

Article 8. Young people have the right to higher education provided by public or private teaching institutions that offer assorted levels of the knowledge or specialization of the knowledge, with the observance of the rules of access established by each institution.

Paragraph 1. The young people of color, indigenous young people and students coming from public schools shall be ensured with the access to higher education in public teaching institutions by means of affirmative actions, according to the provisions of the Law.

Paragraph 2. The Public Authority shall promote programs to expand the offer of the higher education in public teaching institutions, education financing and scholarships in private teaching institutions, particularly for young people who have any sort of disability, students of color, indigenous students and students who came from public schools.

Article 9. Young people have the right to professional and technological education, associated to the different levels and forms of education, work, science and technology, with the observance of the laws in force.

Article 10. The State must ensure to the young people who have any sort of disability gratuitous specialized educational assistance, preferably in the regular teaching network.

Article 11. The right to the supplementary program of school transportation referred to in the Article 4 of the Act 9.394, dated December 20th, 1996 shall be progressively expanded to the student of the elementary school, high school and higher education in the countryside and in the city.

Paragraph 1. (VETOED).

Paragraph 2. (VETOED).

Article 12. The effective participation of the young people in the Councils and decision-making entities of democratic management of schools and universities is hereby ensured.

Article 13. The schools and universities shall formulate and implement democratization measures of access and permanence, including student assistance programs, affirmative actions and social inclusion for young students.

Section III

Right to Professionalization, Work and Income

Article 14. Young people have the right to professionalization, work and income, which shall be exercised in conditions of freedom, equality and safety; the work shall be properly remunerated and they shall rely on social protection.

Article 15. The action of the Public Authority in the implementation of the right of young people to professionalization, work and income comprehends the adoption of the following measures:

I – promotion of collective forms of organization for work, solidary economy networks and free association;

II – offer of special conditions related to the hours of work by means of:

a) achievement of compatibility between hours of work and study;

b) offer of levels, forms and modalities of education according to a schedule that achieves compatibility between school attendance and work in regular hours;

III – establishment of special line of credit for enterprising young people;

IV – preventive and repressive performance of the State in relation to the exploitation and instability of the work of young people;

V – adoption of public policies that promote the internship, apprenticeship and work for the youth;

VI – support for the young people who work in the countryside aiming the organization of the

family agricultural production and the rural family enterprises by means of the following actions:

a) incentive to the production and diversification of products;

b) fomentation of the sustainable production based on agroecology, family agro-industries, integration of farming, cattle breeding, forest and sustainable extrativism;

c) investment in research of technologies suitable to family agriculture and rural family enterprises;

d) incentive to the direct sale of the family agricultural production, the rural family enterprises and the creation of cooperatives;

e) guarantee of basic infrastructure projects aiming the access and outflow of production, prioritizing the improvement of highways and transportation;

f) promotion of programs that favor the access to credit, land and rural technical assistance;

VII – support for the young people who have any sort of disability and work, by means of the following actions:

a) incentive to the education and professional qualification in an inclusive environment;

b) offer of special conditions related to the hours of work;

c) incentive to the insertion in the job market in the condition of apprentice.

Article 16. The right to professionalization and protection in the workplace of teenagers aged fifteen (15) to eighteen (18) years old shall be governed by the provisions set forth in the Act 8.069, dated July 13th, 1990 – Children and Teenagers Statute, and specific laws, and the provisions set forth in this Section shall not apply.

Section IV

Right to Diversity and Equality

Article 17. Young people have the right to diversity and equality of rights and opportunities and they shall not be discriminated due to:

I – ethnic group, race, color of the skin, culture, origin, age and gender;

II – sexual orientation, language or religion;

III – opinion, disability and social or economic condition.

Article 18. The action of the Public Authority in the implementation of the right of the young people to diversity and equality comprehends the adoption of the following measures:

I – implementation, by the Federal Government, States, Municipalities and the Federal District, of governmental programs to ensure the rights of young people of all races and ethnic groups, regardless of their origin, related to education, professionalization, work and income, culture, health, safety, citizenship and access to justice;

II – qualification of elementary and high school teachers aiming the application of national syllabus guidelines in relation to the confrontation of all forms of discrimination;

III – inclusion of issues related to ethnicity, race, disability, sexual orientation, gender and domestic and sexual violence against women in the formation of education, health, public safety and law professionals;

IV – application of the syllabus guidelines in the education provided to indigenous students as a way to preserve their culture;

V – inclusion of information in the syllabus contents about discrimination in the Brazilian society and the right of all groups and individuals to equal treatment before the Law; and

VI – inclusion of topics in the syllabus contents related to sexuality, respecting the diversity of values and beliefs.

Section V

Right to Health

Article 19. Young people have the right to health and quality of life, considering their specificities in the dimension of prevention, promotion, protection and recovery of health as a whole.

Article 20. The public policy of health assistance for the young people shall be developed according to the following guidelines:

I – universal and gratuitous access to the Unified Health System [SUS] and humanized and quality

health services, which respect the specificities of the young people;

II – full attention to health, emphasizing the assistance to and prevention of the most predominant illnesses for the young people;

III – development of articulated actions involving health services and teaching entities, the society and the family, in order to prevent diseases;

IV – guarantee of inclusion of topics in the pedagogic projects in all levels of education related to the use of alcohol, tobacco and other drugs, sexual and reproductive health, focusing on gender and sexual and reproductive rights;

V – acknowledgment of the impact of the pregnancy, whether planned or not, from the medical, psychological, social and economic aspects;

VI – qualification of health professionals, from a multiprofessional perspective, in order to deal with subjects related to sexual and reproductive health of young people, including the ones that have any sort of disability, and the abuse of alcohol, tobacco and other drugs;

VII – qualification of teachers, health and social assistance professionals so that they are able to identify problems related to the abusive use of and addiction to alcohol, tobacco and other drugs, and subsequently forward the young people to assistance and health services;

VIII – valorization of partnerships with entities of the civil society in the approach of issues related to prevention, treatment and social reinsertion of the users of and addicted to alcohol, tobacco and other drugs;

IX – prohibition of advertisement of beverages containing any levels of alcohol with the participation of person younger than eighteen (18) years old;

X – broadcasting of educational campaigns presenting the use of alcohol, tobacco and other drugs as the cause of addiction; and

XI – articulation of health and justice entities in the prevention of the use and abuse of alcohol, tobacco and other drugs, including anabolic steroids, and particularly crack.

Section VI

Right to Culture

Article 21. Young people have the right to culture, including the free creation, the access to cultural heritage and services, the participation in the decisions on cultural policies, right to cultural identity and diversity and social memory.

Article 22. The Public Authority is responsible for the following measures in order to ensure the cultural rights of the young people:

I – ensure to the young people the participation in the process of production, re-elaboration and enjoyment of cultural assets;

II – ensure to the young people the access to cultural facilities and events, by means of reduced prices within national scope;

III – encourage movements of young people to develop artistic and cultural activities and actions towards the preservation of historic sites;

IV – value the creative capacity of the young people by means of development of cultural programs and projects;

V – offer to the young people the knowledge of cultural, regional and ethical diversity of the Country;

VI – promote educative and cultural programs that approach the problems faced by the youth in the radio and television stations and remaining means of mass communication;

VII – promote the digital inclusion of the young people by means of the access to new information and communication technologies;

VIII – ensure to the young people that reside in the countryside the right to produce and enjoy culture, and their access to public facilities that valorize the countryside culture; and

IX – ensure to the young people who have any sort of disability accessibility and reasonable adaptations.

Sole Paragraph. The application of the provisions set forth in the Subsections I, III and VIII of the caput shall comply with specific laws that regulate the right of teenagers to professionalization and protection in the workplace.

Article 23. Young people up to twenty-nine (29) years old who belong to low-income families and students shall be ensured with the access to movie theaters, movie clubs, theaters, musical and circus presentations, educative, sports, leisure and entertainment events, throughout all national territory, which are promoted by any entities and held in public or private establishments by means of payment of half of the price of the ticket charged from the public in general, according to relevant regulation.

Paragraph 1. The benefit set forth in the caput shall be ensured to students regularly enrolled in the levels and forms of education set forth in the Title V of the Act 9.394, dated December 20th, 1996 – National Education Guidelines and Bases Act, which substantiate his/her status of student by means of presentation of the Student Identification Card [CIE] at the moment of purchase of the ticket and at the front desk of the place where the event will be held.

Paragraph 2. The CIE shall be issued preferably by the National Association of Post-Graders, the National Union of Students, the Brazilian Union of High School Students and state and municipal student entities affiliated to them.

Paragraph 3. The CIE shall be issued gratuitously for students that belong to low-income families, according to the provisions set forth in the regulation.

Paragraph 4. The entities referred to in the Paragraph 2 of this Article shall make available database with name and number of registration of the students that bear the Student Identification Card issued according to the provisions set forth in the Paragraph 3 hereunder for possible consultations by the Public Authority and the establishments mentioned in the caput.

Paragraph 5. The CIE shall remain valid until March 31st of the year following the year it was issued.

Paragraph 6. The entities referred to in the Paragraph 2 of this Article shall be compelled to keep document substantiating the registration of the student with the school for the period of validity of the corresponding Student Identification Card.

Paragraph 7. The competent public bodies of the Federal Government, States, Municipalities and the Federal District shall inspect the observance of the provisions set forth in this Article and the imposition of suitable sanctions, according to the terms of the regulation.

Paragraph 8. The benefits set forth in this Article shall not apply to the sports events referred to in the Act 12.663, dated June 5th, 2012 and Act 12.780, dated January 9th, 2013.

Paragraph 9. For the purposes of the provisions set forth in the caput, low-income family is the family enrolled with the Unified Registration for Social Programs of the Federal Government [CadÚnico], which earns monthly income up to two (02) minimum wages.

Paragraph 10. The granting of the benefit of half-price ticket set forth in the caput is limited to forty percent (40%) of the total of tickets available for each event.

Article 24. The Public Authority shall allocate, within the scope of the corresponding budgets, financial resources to foment cultural projects for the youth, which are produced by young people.

Article 25. The specific needs of the young people in relation to the expansion of the access to culture and improvement of the conditions to perform the leading role in the field of the cultural production shall be considered in the allocation of financial

resources of the National Fund of Culture [FNC] set forth in the Act 8.313, dated December 23rd, 1991.

Sole Paragraph. Natural individuals or legal entities shall be allowed to use portion of the income tax as donations or sponsorships referred to in the Act 8.313, dated December 23rd, 1991 to support cultural projects presented by youth entities legally incorporated over at least one (01) year.

Section VII

Right to Communication and Freedom of Speech

Article 26. Young people have the right to communication and freedom of speech, production of individual and collaborative content, and access to information and communication technologies.

Article 27. The action of the Public Authority in the implementation of the right of the young people to communication and freedom of speech comprehends the adoption of the following measures:

I – promote educative and cultural programs for the youth in the radio and television stations and remaining means of mass communication;

II – promote the digital inclusion of the young people by means of the access to new information and communication technologies;

III – promote networks and platforms of communication used by the young people, considering the accessibility for the ones who have any sort of disability;

IV – encourage the creation and maintenance of public facilities used for the promotion of the right of the young people to communication; and

V – ensure the accessibility to communication by means of assistive technologies and reasonable adaptations for the young people who have any sort of disability.

Section VIII

Right to Sports and Leisure

Article 28. Young people have the right to practice sports for their full development, priority given to participation sports.

Sole Paragraph. The right of teenagers to practice sports shall consider their peculiar condition of person in development.

Article 29. The public policy of sports and leisure for the youth shall consider:

I – the conduction of diagnosis and official statistic studies about the physical education, sports and leisure equipment in Brazil;

II – the adoption of tax incentive laws for sports, with criteria that prioritize the youth and promote the equity;

III – the valorization of the educational sports and para-sports;

IV – the availability of community equipment that allows the practice of sports and the enjoyment of culture and leisure.

Article 30. All schools shall rely on at least one place suitable for the practice of multiple sports.

Section IX

Right to Territory and Mobility

Article 31. Young people have the right to territory and mobility, including the promotion of public policies of housing, circulation and public equipment in the countryside and the city.

Sole Paragraph. The young people who have any sort of disability shall be ensured with the accessibility and necessary adaptations.

Article 32. The interstate collective transportation system shall respect the following provisions, according to the provisions set forth in specific laws:

I – reservation of two (02) gratuitous places per vehicle for low-income young people;

II – reservation of two (02) places per vehicle with discount of at least fifty percent (50%) in the value of the ticket for low-income young people to be used after the places set forth in the Subsection I are used.

Sole Paragraph. The procedures and criteria for the exercise of the rights set forth in the Subsections I and II shall be defined in regulation.

Article 33. The Federal Government shall employ all efforts, together with the States, Municipalities and the Federal District to offer public transportation subsidized for the young people, giving priority for the ones in situation of poverty and vulnerability, according to the regulation.

Section X

Right to Sustainability and Environment

Article 34. Young people have the right to sustainability and an ecologically-balanced environment to be enjoyed by the people, which is essential to a health and quality life, and the duty to defend and preserve it for the present and future generations.

Article 35. The State shall promote, in all levels of education, information about the preservation of the environment and the sustainability, according to the National Policy of Environment.

Article 36. The Public Authority shall consider the following elements in the preparation, implementation and evaluation of public policies on environmental issues:

I – the incentive to and strengthening of organizations, movements, networks and other collective associations of the youth that perform within the scope of environmental issues and towards the sustainable development;

II – the incentive to the participation of the youth in the preparation of public policies on environment;

III – the creation of environmental education programs for the youth; and

IV – the incentive to the participation of the youth in projects for the generation of work and income that aim the sustainable development in the countryside and in the city.

Sole Paragraph. The application of the provisions set forth in the Subsection IV of the caput must comply with specific laws about the right of teenagers to professionalization and protection in the workplace.

Section XI

Right to Public Safety and Access to Justice

Article 37. Young people have the right to live in a safe environment, free from violence, with guarantee of their physical and mental safety. In addition, equality of opportunities and facilities for their intellectual, cultural and social improvement shall be ensured.

Article 38. The public policies on safety for the youth shall articulate actions of the Federal Government, States, Municipalities and the Federal District, in addition to non-governmental actions, which shall adopt the following guidelines:

I – integration with the remaining policies for the youth;

II – prevention against and confrontation of violence;

III – promotion of studies and researches and the obtainment of relevant statistic data and information to subsidize the public safety actions and allow the periodical evaluation of the impact of public policies in relation to causes, consequences and frequency of violence against the young people;

IV – prioritization of actions for the young people in situation of risk, social vulnerability and the ones who have been released from national prisons;

V – promotion of the effective access of young people to Legal Aid Services, considering the specificities of the youth; and

VI – promotion of the effective access of young people who have any sort of disability to justice, in the same conditions offered for the remaining individuals, also by means of procedural adaptations suitable to their age.

TITLE II
NATIONAL SYSTEM OF YOUTH
CHAPTER I
NATIONAL SYSTEM OF YOUTH [SINAJUVE]

Article 39. The National System of Youth [SINAJUVE] is hereby established, and its structure, organization, duties and operation shall be defined in regulation.

Article 40. The financing of actions and activities of SINAJUVE shall be defined in regulation.

CHAPTER II
DUTIES

Article 41. The Federal Government shall be responsible for:

I – formulating and coordinating the implementation of the National Policy for the Youth;

II – coordinating and maintaining SINAJUVE;

III – establishing the guidelines about the organization and operation of SINAJUVE;

IV – preparing the National Plan of Policies for the Youth together with the States, the Municipalities, the Federal District and the society, particularly the young people;

V – convening and holding, together with the National Council of the Youth, the National Conferences of the Youth, every four (04) years;

VI – providing technical assistance and financial additional assistance to the States, the Municipalities and the Federal District for the development of their youth systems;

VII – contributing for the qualification and joint action of SUNAJUVE and all federative entities;

VIII – financing the implementation of public policies for the youth together with all remaining federative entities;

IX – establishing forms of collaboration with the States, the Municipalities and the Federal District in order to implement public policies for the youth; and

X – ensuring the advertisement of information about transfer of funds to finance public policies for the youth to State, Municipal and Federal District councils and managers.

Article 42. The States shall be responsible for:

I – coordinating SINAJUVE within the scope of the State;

II – preparing the corresponding state plans for the youth, in accordance with the National Plan, with the participation of the society, particularly the young people;

III – creating, developing and maintaining programs, actions and projects for the implementation of public policies for the youth;

IV – convening and holding, together with the State Council of the Youth, the State Conferences of the Youth, every four (04) years;

V – issuing complementary norms for the organization and operation of SINAJUVE within the state and municipal scope;

VI – establishing forms of collaboration with the

Federal Government and Municipalities in order to implement public policies for the youth; and

VII – co-financing the implementation of programs, actions and projects related to the public policies for the youth together with the remaining federative entities.

Sole Paragraph. Data related to the young people of the Country shall be included in the demographic census.

Article 43. The Municipalities shall be responsible for:

I – coordinating SINAJUVE within the scope of the Municipalities;

II – preparing the corresponding municipal plans for the youth, in accordance with the National and State Plans, with the participation of the society, particularly the young people;

III – creating, developing and maintaining programs, actions and projects for the implementation of public policies for the youth;

IV – convening and holding, together with the Municipal Council of the Youth, the Municipal Conferences of the Youth, every four (04) years;

V – issuing complementary norms for the organization and operation of SINAJUVE, within the municipal scope;

VI – co-financing the implementation of programs, actions and projects related to the public policies for the youth, together with the remaining federative entities; and

VII – establishing mechanisms of cooperation with the States and the Federal Government in order to implement public policies for the youth.

Sole Paragraph. In order to ensure the federative articulation in order to effectively implement public policies for the youth, the Municipalities are allowed to establish the partnerships referred to in the Act 11.107, dated April 6th, 2005, or any other suitable legal instrument in order to share responsibilities.

Article 44. The duties of the States and Municipalities shall be cumulatively attributed to the Federal District.

CHAPTER III COUNCILS OF YOUTH

Article 45. The Councils of Youth shall be permanent and autonomous bodies, in charge of dealing with public policies for the youth and ensuring the exercise of the rights of the young people, with the following goals:

I – assist in the preparation of public policies for the youth that promote the full exercise of rights of the young people established in this Act;

II – use instruments so that the State ensures to the young people the exercise of their rights;

III – collaborate with administration bodies in the planning and implementation of the policies of the youth;

IV – study, analyze, prepare, discuss and propose the celebration of instruments of cooperation aiming the elaboration of programs, projects and actions for the youth;

V – promote studies related to the youth, in order to subsidize the planning of public policies for the youth;

VI – study, analyze, elaborate, discuss and propose public policies that allow and ensure the integration and participation of the young people in the social, economic, political and cultural processes in the corresponding federative entity;

VII – propose the creation of forms of participation of the youth in the bodies of the public administration;

VIII – promote and participate in related seminars, courses, congresses and events to debate issues related to the youth;

IX – develop other activities related to public policies for the youth.

Paragraph 1. The act shall provide for the organization, operation and structure of the Councils of Youth in the scope of the Federal Government, States, Municipalities and the Federal District, respecting the participation of the civil society by means of parity criterion in relation to the representatives of the Public Authority.

Paragraph 2. (VETOED).

Article 46. The Councils of Youth shall be responsible for:

I – forwarding to the Department of Justice information about fact that represents administrative or criminal violation of the rights of the young people ensured by the laws;

II – forwarding to the judiciary authority the cases under its competence;

III – sending notices;

IV – requesting information from public authorities;

V – assisting the local Executive Department in the preparation of plans, programs, projects, actions and budgetary proposals related to the public policies for the youth.

Article 47. Without prejudice to the duties of the Councils of Youth in relation to the rights set forth in this Statute, the Children and Teenagers Councils shall decide upon and control the actions in all levels concerning teenagers aged fifteen (15) to eighteen (18) years old.

Article 48. This Act shall take effect after one hundred and eighty (180) days from its official publication.

Brasília, August 5th, 2013; 192nd Year of the Independence and 125th Year of the Republic.

DILMA ROUSSEFF

José Eduardo Cardozo

Antonio de Aguiar Patriota

Guido Mantega

César Borges

Aloizio Mercadante

Manoel Dias

Alexandre Rocha Santos Padilha

Miriam Belchior

Paulo Bernardo Silva

Tereza Campello

Marta Suplicy

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Aldo Rebelo

Gilberto José Spier Vargas

Aguinaldo Ribeiro

Gilberto Carvalho


Luís Inácio Lucena Adams

Luiza Helena de Bairros

Eleonora Menicucci de Oliveira

Maria do Rosário Nunes

This text does not substitute the text published in the Brazilian Official Gazette [DOU] dated 08.06.2013



Conselho Nacional de
Juventude

Secretaria Nacional de
Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA